Diário Oficial da União - Nº 249 - Seção 1 - págs. 214 e 215

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 419ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2016

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Coordenador), Dr. Alexandre Concesi e Dra. Anete Vasconcelos de Borborema (Membros). Aberta a Reunião às 15h20. Presente também o Subprocurador-Geral aposentado Dr. Jorge Luís Dodaro. O Coordenador agradeceu a presença de todos.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: Inquérito Policial Militar 190-58.2016.7.05.0005.
Origem: Auditoria da 5ª CJM.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: IPM. APURAÇÃO DE CONDUTA DE MILITAR QUE FORNECEU SENHA DE ACESSO À SUA IRMÃ PARA INGRESSAR EM BANCO DE DADOS DO EXÉRCITO. Arquivamento. Divergência judicial. Ausência de dolo. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu confirmar a promoção do arquivamento.

1.2. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000077-52.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA NO 30º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Havia um preso no momento da inspeção. Direitos dos presos observados. Instalações carcerárias adequadas. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.3. Processo: Procedimento Administrativo 0000287-68.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação deserção. Militar na condição de trânsfuga. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.4. Processo: Procedimento Administrativo 0000187-18.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO DE APRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA DE DESERTOR RECOLHIDO À PRISÃO, 1º BATALHÃO DE GUARDAS, RIO DE JANEIRO. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Procedimento escorreito. Caso ajuizado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.5. Processo: Procedimento Administrativo 0000093-62.,2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. 3º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO DE DESERTOR. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Desertor posto em liberdade pois não foi reincluído às fileiras do Exército após inspeção de saúde. Regularidade da prisão baseada em Termo de Deserção lavrado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Procedimento Administrativo 0000092-14.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. 3º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO DE DESERTOR. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Regularidade da prisão baseada em Termo de Deserção lavrado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.7. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000108-12.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Decisão: Retirado de pauta, por Decisão da Relatora.

1.8. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000008-86-2016.1000.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PIC REABERTURA DE NOTÍCIA DE FATO SOBRE CRITÉRIOS DE OCUPAÇÃO DE PRN. Diligência. Distribuição de PRN conforme a legislação vigente. Matéria administrativa. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.9. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000056-54.2016.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DIVULGAÇÃO DE VÍDEO ÍNTIMO DE MILITARES DA AERONÁUTICA. INDÍCIOS DE CRIME MILITAR. IPM instaurado para apuração dos fatos. Perda do objeto. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.10. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000005-70.2016.1701.
Origem: PJM Recife - 3º Ofício Geral.

Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. BASE AÉREA DE NATAL. SUPOSTO DESACATO PRATICADO POR CIVIL CONTRA MILITAR DE SERVIÇO. TENTATIVA DE INGRESSO DESAUTORIZADO NA ORGANIZAÇÃO MILITAR. Pronta intervenção da sentinela. Civil que mantém histórico de graves problemas psiquiátricos. Desnecessidade de instauração de IPM. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1 . 11 . Processo: Notícia de Fato (PI)0000055-27.2016.1901. Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral. Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior. Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA. SUPOSTO ATRASO EM PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE ARMA DE CALIBRE RESTRITO ENTRE ACERVOS DO CAC. Informações do Comando demonstram que a transferência foi efetuada. Perda do objeto. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000222-52.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA CONDUTA DE MÉDICOS MILITARES. Ausência de indícios de crime militar. Questão administrativa/previdenciária judicializada. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.13. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000083-70.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR SOLDADO DA MARINHA DO BRASIL. SUPOSTAS PERSEGUIÇÕES PRATICADAS POR SUPERIORES HIERÁRQUICOS. Alegações de punições disciplinares injustificadas. Questão que não extrapola os limites da seara administrativa. Inexistência de repercussão penal militar. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado. Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.14. Processo: Notícia de Fato (PI) 00000216-52.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. FATO ENVOLVENDO INTERESSE DE POLICIAL MILITAR DO RIO DE JANEIRO. Declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual. Homologado o declínio de atribuição.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o declínio de atribuição em favor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

1.15. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000050-96.2016.1701.
Origem: PJM Recife - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA. IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DO DESTACAMENTO DE CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO DE PETROLINA. Esclarecimentos prestados. Instauração de IPM por ordem do Comandante do CINDACTA III. Perda do objeto. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.16. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000054-49.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO. REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA PROMOVIDA POR SARGENTO DA AERONÁUTICA. Supostas injúrias praticadas por superior hierárquico contra subordinado. Indícios de autoria e materialidade. Requisição de instauração de IPM. Desnecessidade de manutenção da investigação direta na PJM. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.17. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000045-77.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTANTE RELATA QUE MILITAR REFORMADO, SEPARADO, ESTARIA ATENTANDO CONTRA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DE SEUS FAMILIARES. Relata, ainda, que estão sendo feitos descontos indevidos em pensão alimentícia da ex-mulher do militar. Diligências. Arquivamento homologado com relação aos possíveis maus tratos dispensados aos familiares pelo militar, por fugirem da atribuição deste MP. Declínio de Atribuição homologado, ao MP Estadual de Minas Gerais, para analisar os cálculos da pensão alimentícia por se tratar de decisão judicial.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento parcial e homologar o Declínio de atribuição em favor do Ministério Público Estadual de Minas Gerais.

1.18. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000031-41.2014.1401.
Origem: PJM Manaus - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa PIC. NOTÍCIA DE PERSEGUIÇÃO AO MILITAR REPRESENTANTE NO COMANDO DE FLOTILHA DO AMAZONAS/AM. Diligências realizadas. Ausência de irregularidades. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.19. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000043-93.2016.1202.
Origem: 2ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR CIVIL. SUPOSTO ABUSO DE PODER E INVASÃO À DOMICÍLIO PRATICADOS POR POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ausência de atribuição do Ministério Público Militar para oficiar no feito. Declínio de atribuições à promotoria militar do MPE/SP na instância. Declínio de atribuições homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o declínio de atribuição em favor a Promotoria Militar do Ministério Público do Estado de São Paulo.

1.20. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000019-72.2016.1601.

Origem: PJM Salvador - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO CRIMINAL APRESENTADA POR EX-SGT DO EXÉRCITO. ALEGA SUPOSTO COMETIMENTO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, CRIME CONTRA A LIBERDADE INDIVUAL/MAUS TRATOS E ABUSO DE AUTORIDADE. Diligências realizadas. Na origem, evidenciou-se que a conduta dos representados não configura crime militar. Arquivamento. Homologação.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.21. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000028-80.2016.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. HOSPITAL DE BASE AÉREA. SUPOSTOS CRIMES DE LESÃO CORPORAL E DESACATO A MILITAR PRATICADOS POR CIVIL. Indícios de autoria e materialidade. Requisição de instauração de IPM. Desnecessidade de manutenção da investigação direta na PJM. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.22. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000203-13.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA DE QUE OS MILITARES QUE ESTÃO EM MISSÃO, DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, NOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016 NÃO ESTARIAM RECEBENDO DIÁRIAS. Diligências. A Medida provisória 2.215-10/2001, regulamentada pelo Decreto 8733/2016, não contempla diárias aos referidos militares uma vez que estão instalados em Organizações Militares do Comando. Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.23. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000131-49.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. CENTRO DE INSTRUÇÃO DA MARINHA DO BRASIL. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR SOLDADO FUZILEIRO NAVAL. Supostas lesões corporais praticadas por superior hierárquico. Sequelas físicas e psicológicas decorrentes das agressões. Diligências. Não comprovação das alegadas sequelas físicas. Ausência de interesse do representante no prosseguimento do feito. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.24. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000066-43.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA. SUPOSTO USO DE DOCUMENTO FALSO OU FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO PRATICADO POR SOLDADO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Diligências. Verossimilhança das afirmações contidas na missiva anônima. Requisição de instauração de IPM. Desnecessidade de manutenção da investigação direta na PJM. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.25. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000057-80.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. EXÉRCITO BRASILEIRO. SUPOSTA PREVARICAÇÃO OU DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. Impossibilidade de realização de perícia balística por batalhão de suprimentos. Perícias técnicas realizadas somente no Centro de Avaliações de Exército. Ausência de repercussão penal militar na conduta narrada. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado. Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.26. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000051-02.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. MARINHA DO BRASIL. CAPITANIA FLUVIAL. Suposto crime de calúnia ou denunciação caluniosa praticado por militar contra superior hierárquico durante ato de interrogatório judicial. Denúncia ofertada pelo parquet castrense na instância, com base nos elementos que instruem os autos. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. José Garcia de Freitas Júnior, declarou finda a reunião às 17h. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JÚNIOR
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Coordenador da CCR/MPM
RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

Diário Oficial da União - Nº 249 - Seção 3 - págs. 139

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 43/2016-MPM. Processo nº: 3.00.000.1.003435/2016-25. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Precisa Conservação e Limpeza EIRELI. CNPJ: 11.367.947/0001-51. Finalidade: Repactuação do valor do contrato de prestação de serviços de conservação e limpeza nas dependências da Procuradoria de Justiça Militar em Juiz de Fora/MG. Valor mensal estimado: R$ 2.791,32. Valor anual estimado: R$ 33.495,84. Data de assinatura: 15/12/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Claudete Ferreira de Lagues, pela contratada.

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2016-MPM. Processo: 3.00.000.1.003732/2016-57. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Exact Clean Serviços Ltda. CNPJ: 11.818.593/0001-14. Finalidade: Alteração do contrato de prestação de serviços de conservação e limpeza para atender à sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar e à sede da Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal. Vigência: 19/12/2016 a 30/6/2017. Data de assinatura: 19/12/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Philipe Barbosa Mônica, pela contratada.

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 20/2013-MPM. Processo nº: 3.00.000.1.002364/2016-36. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Lopez Marinho Engenharia e Construções Ltda. CNPJ: 06.031.440/0001-92. Finalidade: Alteração do contrato relativo à execução da 1º etapa da obra referente à construção do edifício da nova sede da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ. Valor total: R$ 37.545.161,54. Data de assinatura: 14/12/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Gabriel Mosquera Lopez, pela contratada.

Espécie: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 7/2013-MPM. Processo nº: 08160.002792/2016-00. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: PGA Serviços Terceirizados LTDA.-EPP. CNPJ: 14.846.479/0001-96. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de copeiragem nas dependências da Procuradoria de Justiça Militar em Campo Grande/MS. Vigência: 1º/6/2016 a 31/5/2017. Data de assinatura: 1º/6/2016. Assinam: Rubens Pereira Prado, Diretor-Geral Substituto, pelo MPM e André Alves Pereira, pela contratada.

Espécie: 11º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2013-MPM. Processo: 3.00.000.1.003732/2016-57. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Real JG Serviços Gerais EIRELI. CNPJ: 08.247.960/0001-62. Finalidade: Alteração do contrato de prestação de serviços de copeiragem para atender à sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar e à sede da Procuradoria de Justiça Militar no istrito Federal. Vigência: 19/12/2016 a 30/6/2017. Data de assinatura:19/12/2016. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e José Gomes Ferreira Filho, pela contratada.